

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 106 – 05/08 à 09/08/2019

Sumário

- ❏ *Destaque da Semana*
- ❏ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ❏ *Notícias do Executivo*
- ❏ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ❏ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ❏ *e-Social*
- ❏ *Atos Normativos*
- ❏ *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Ato normativo de simplificação do eSocial será editado até final de setembro](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 08/08/2019

No âmbito da modernização e simplificação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), as secretarias especiais de Previdência e Trabalho, da Receita Federal e de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia editarão até 30 de setembro de 2019 um ato normativo conjunto que disciplinará a forma de envio das informações ao ambiente único nacional do eSocial.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SEST
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[TST sediará evento sobre temas contemporâneos do Direito do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/08/2019

O Tribunal Superior do Trabalho vai sediar no dia 15/8 o 19º Colóquio da Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT), em que serão debatidos temas contemporâneos do Direito e do Processo do Trabalho, como a Revolução Tecnológica, a Reforma Trabalhista e a Justiça do Trabalho. A programação inclui debates sobre temas como “O Juiz e as Redes Sociais - Aspectos Éticos na Atualidade” e “Interpretação Judicial, Ativismo e Segurança Jurídica”, entre outros, com a participação dos ministros do TST Ives Gandra, Aloysio Corrêa da Veiga, Walmir Oliveira da Costa, Renato de Lacerda Paiva, Maria Cristina Peduzzi, Agra Belmonte e Cláudio Brandão. Confira [aqui](#) a programação completa

[TST mantém penhora de 5% de aposentadoria de sócio de empresa](#)

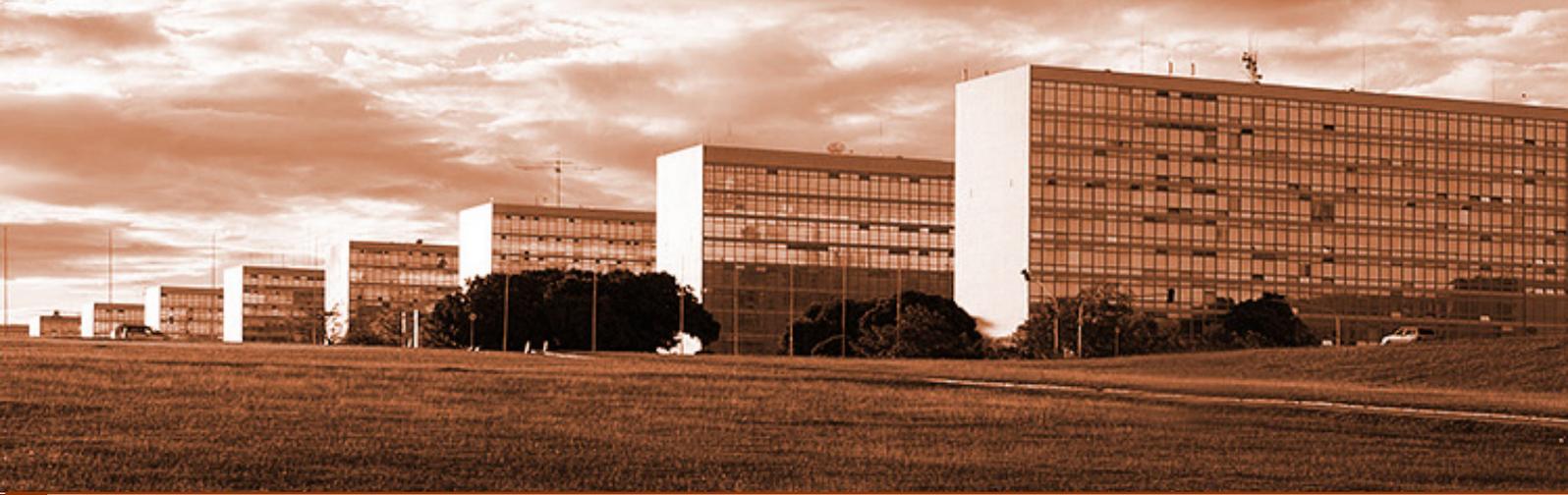
Tribunal Superior do Trabalho - 06/08/2019

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho não constatou ilegalidade ou abusividade na penhora de 5% de aposentadoria de um sócio da massa falida da Gazeta de Sergipe S.A. para o pagamento de dívida trabalhista. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC) de 2015, a impenhorabilidade dos vencimentos não se aplica aos casos em que a constrição se destine ao pagamento de parcelas de natureza alimentícia.

[Aposentado que não contribuiu na ativa não tem direito à manutenção de plano de saúde](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/08/2019

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho indeferiu a manutenção do plano de saúde a um supervisor de compras aposentado da Rede D'Or São Luiz S.A. em Santo André (SP). Como ele nunca havia contribuído para



Notícias do Executivo

[Câmara conclui votação em 2º turno e aprova Nova Previdência](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 08/08/2019

Com a rejeição de oito destaques, a Câmara encerrou, na noite desta quarta-feira (7), a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, da Nova Previdência. No total, o texto aprovado pelos deputados permitirá uma economia estimada em R\$ 933,5 bilhões, para a União, nos próximos 10 anos.

[Pagamento da primeira parcela do 13º do INSS começa em agosto](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 05/08/2019

O governo federal anunciou, nesta segunda-feira (5), a antecipação do pagamento da primeira parcela do abono anual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Metade do valor do abono – conhecido como o 13º de aposentados e pensionistas – será pago entre os cinco últimos dias úteis de agosto e os cinco primeiros dias úteis de setembro, acompanhando as datas do calendário de pagamento dos benefícios do mês. Isso representará uma injeção de R\$ 21,9 bilhões na economia neste terceiro trimestre. Terão direito à primeira parcela do abono anual cerca de 30 milhões de benefícios.

[Revisão e atualização da RTP 05 sobre instalações elétricas é tema de reunião](#)

Fundacentro - 08/08/2019

A Recomendação Técnica de Procedimentos – RTP 05 – Instalações Elétricas Temporárias em Canteiros de Obras, será revisada e atualizada, em atendimento às inovações tecnológicas do setor. O tema que vem sendo debatido desde 2017 foi pauta de reunião realizada nos dias 08, 09 e 10 de julho pelos organizadores da publicação e servidores da Fundacentro, Mauricio Viana (chefe do Centro Regional de Pernambuco) e Swylmar Ferreira (Centro Regional do Distrito Federal).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Alberto Balazeiro é nomeado procurador-geral do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/08/2019

Em portaria assinada no início da noite desta quarta-feira (07), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, nomeou o procurador do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro para chefiar, pelos próximos dois anos o Ministério Público do Trabalho no Brasil. Escolhido por mais de 60% dos membros da instituição em votação realizada na terça-feira (6), o ex-chefe da regional baiana do MPT e atual diretor adjunto da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) assumirá no próximo dia 22 o cargo de procurador-geral do Trabalho.

[MPT participa de feira sobre saúde e segurança do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/08/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participa, até esta sexta-feira (9), da Expo Proteção 2019. O procurador do MPT Leonardo Osório, coordenador nacional da Codemat (Coordenadoria Nacional de Defesa do Ambiente do Trabalho) da instituição esteve na exposição e participou, na última quinta-feira (7), de mesa de debate sobre o futuro das normas regulamentadoras de segurança do trabalho no país.

[MPT debate amianto na Conferência Nacional de Saúde](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/08/2019

O banimento do amianto é tema de discussão na 16ª Conferência Nacional de Saúde. Intitulado “Banimento do amianto: a história de luta pela saúde”, o debate contou com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), representado pela procuradora regional e gerente do Programa Nacional de Banimento de Amianto do MPT, Márcia Kamei. O MPT também lançou, durante o evento, uma edição do MPT em Quadrinhos sobre a temática. No evento, a gerente do Programa Nacional de Banimento de Amianto

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Instalada Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo na Câmara](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 09/08/2019

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP da Câmara dos Deputados instalou nesta quinta-feira, 8 de agosto, a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo. O objetivo é debater o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e controle do trabalho análogo à escravidão. O grupo será presidido pelo deputado Túlio Gadêlha (PDT-PE) e terá relatoria da deputada Érica Kokay (PT-DF).

[MP 881: Fids envia ofício a presidentes da Câmara e do Senado solicitando exclusão da reforma trabalhista do texto](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 07/08/2019

O Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – Fids encaminhou nesta terça-feira, 6 de agosto, correspondências aos presidentes da [Câmara dos Deputados](#) e do [Congresso](#), que solicitam a exclusão de matérias que não guardam pertinência com o conteúdo principal da MP 881/2019, originalmente conhecida como MP da Liberdade Econômica. A solicitação é relativa aos artigos 9º, 16, 19 e 28, bem como aos incisos XIV, XVI, XVII e §3º do art. 3º, todos do PLV 17/2019 aprovado na Comissão Especial, que alteram mais de 30 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e outros dispositivos que enfraquecem a efetivação de direitos dos trabalhadores brasileiros. O Fids produziu [Nota Técnica](#) que foi encaminhada aos parlamentares juntamente com a correspondência.

[Projeto da contribuição sindical por “boleto bancário” recebeu 11 emendas na CCJ](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/08/2019

O Projeto de Lei – [PL 4.026/19](#), de autoria do senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), recebeu 11 emendas na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Dentre outras questões, o PL

eSocial

Notícias do e-Social

[RAIS ano base 2019 não terá crítica CBO x Escolaridade](#)

Portal eSocial - 08/08/2019

Conforme divulgado no [site da RAIS](#) - Relação Anual de Informações Sociais, a partir do ano base de 2019, a tabela de CBO x ESCOLARIDADE será excluída das críticas de recepção. O eSocial já não possuía essa crítica e a alteração iguala os dois sistemas.

[Divulgada Nota Conjunta nº 01/2019 SEPRT/RFB/SED sobre a simplificação do eSocial](#)

Portal eSocial - 08/08/2019

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, a Secretaria Especial da Receita Federal e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital divulgaram nesta quinta-feira (8) Nota Conjunta esclarecendo pontos sobre a simplificação do eSocial e a forma de envio das informações. Leia a íntegra da Nota [aqui](#).

[Secretaria de Governo Digital lança pesquisa de satisfação do eSocial](#)

Portal eSocial - 08/08/2019

A Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia lançou uma pesquisa de satisfação dos usuários do eSocial. Por meio dela, será possível avaliar o sistema e indicar os principais itens que justificaram a nota. A ideia é abrir mais um canal de comunicação com o usuário e permitir analisar o impacto das melhorias que serão implementadas no sistema. A pesquisa é restrita aos usuários do ambiente web do eSocial, sejam pessoas físicas ou jurídicas (módulos Empregador Doméstico, MEI, Segurado Especial e Web Geral). Para participar, o usuário deverá estar logado no seu módulo web e clicar no link que aparece na tela inicial da aplicação. Ele será direcionado para a página da pesquisa e, nela, deverá informar seu CPF/CNPJ para poder responder as perguntas.



Atos Normativos

[RETIFICAÇÃO - PORTARIA SEPRT Nº 915, DE 30 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 05/08/2019 Seção I Pág.14) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais;

[RETIFICAÇÃO - PORTARIA SEPRT Nº 916, DE 30 DE JULHO DE 2019](#) (DOU de 05/08/2019 Seção I Pág.13) - Altera a redação da Norma Regulamentadora n.º 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;

[CONSULTA PÚBLICA SEPEC-ME Nº 26 - SEI, 2 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 05/08/2019 Seção I Pág. 15) - O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA UTILIZAÇÃO NOS TRABALHOS EM ALTURA - CINTURÃO, TALABARTE, TRAVA-QUEDAS E SISTEMA DE ANCORAGEM;

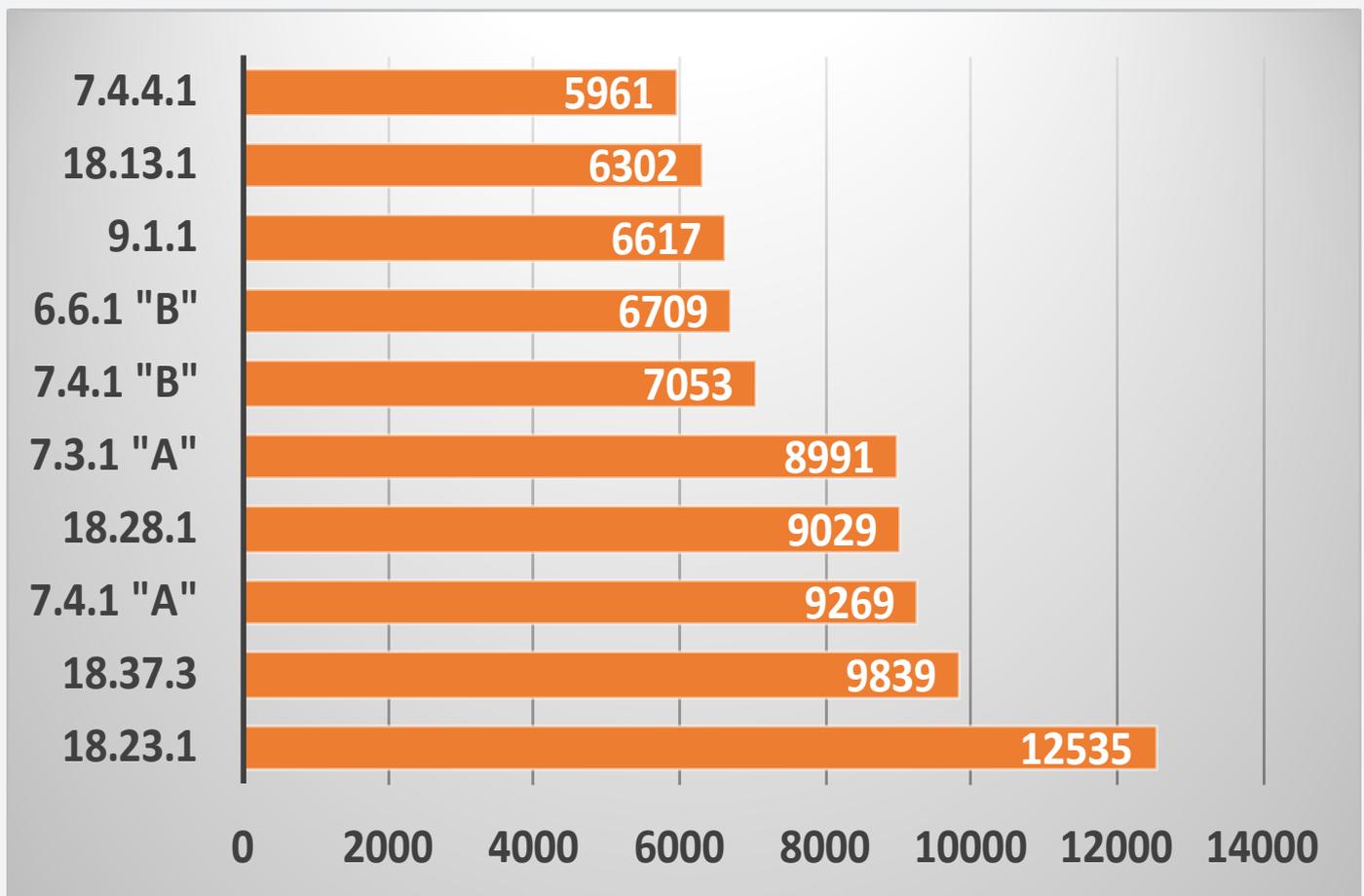
[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891, DE 5 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 06/08/2019 Seção I Pág.01) - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade;

[CIRCULAR CEF Nº 868, DE 5 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 06/08/2019 Seção I Pág.23) - Estabelece procedimentos pertinentes à movimentação de até R\$ 500,00 por conta vinculada FGTS;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Regularizados na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.23.1. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.37.3. É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

7.4.1. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

a) admissional;

18.28.1. Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

7.3.1. Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI :
b) exigir seu uso;

9.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

7.4.4.1. A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico